

Efeito da suavização intencional dos resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto

ALEX MUSSOI RIBEIRO

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ALLISON MANOEL DE SOUSA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

TAISE FELTES

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RODRIGO MALTA MEURER

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo

Este estudo objetiva analisar o efeito da suavização intencional dos resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto. Para atingir este objetivo, a amostra foi constituída de 140 empresas ao considerar períodos trimestrais de 2013 a 2018. Com a finalidade de mensurar a persistência dos lucros, recorreu-se a métrica de Dichev e Tang (2009). Já para o income smoothing foram utilizadas duas medidas (que são complementares) que constam no trabalho de Lang, Lins e Maffett (2012). A primeira medida confere a suavização intencional dos resultados e a segunda compreende ao uso intencional de reservas de compensação. Para a análise de dados, realizou-se a estatística descritiva e, posteriormente, a regressão quantílica. Os resultados sugerem que a persistência dos lucros teve redução ao longo do período em todos os percentis analisados. Destaca-se que o Percentil 10 (P10) e o Percentil 25 (P25) apresentaram as reduções mais acentuadas, com 58,15% e 31,68%, respectivamente entre 2013 e 2018. Quanto a análise de dados multivariada, os achados evidenciam que quando o gestor suaviza intencionalmente os resultados implica na diminuição da persistência dos lucros, em todos os quantis analisados (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90). Já quando o gestor realiza o uso intencional de reservas de compensação faz com que haja a diminuição na persistência dos lucros, exceto para os quantis 0,10 e 0,90. A partir disso, estas evidências apresentam contribuições à literatura ao demonstrar o efeito da suavização intencional dos resultados na persistência dos lucros. Isso, porque, apresenta uma nova ótica para o tema ao analisar apenas as consequências da parcela intencional da suavização, não contempladas nos estudos anteriores. Assim, pode-se demonstrar as consequências da suavização intencional na persistência dos lucros, uma vez que os usuários externos utilizam a persistência para fundamentar a sua tomada de decisão.

Palavras-chave: persistência dos lucros, suavização intencional dos resultados, reservas de compensação.

1 Introdução

As estratégias de manipulação de resultados foram vastamente investigadas por diversos estudos, especialmente com o desenvolvimento e disseminação de modelos relacionados ao gerenciamento de resultados, como os de Jones (1991), Dechow, Sloan e Sweeney (1995) e Dechow e Dichev (2002) (que se propõem identificar o gerenciamento por *accruals* discricionários). Posteriormente, foram desenvolvidos outros métodos com a finalidade de mensurar o gerenciamento de resultados por atividades reais, como os de Roychowdhury (2006) e Cohen e Zarowin (2010). Dentre as temáticas contempladas pela literatura que se atentaram acerca do gerenciamento de resultados, está as suas consequências em aspectos que compreendem a qualidade dos relatórios contábeis. Essas investigações apontam que o gerenciamento de resultados é prejudicial a qualidade dos relatórios financeiros e pode prejudicar o processo decisório dos usuários externos [ver Richardson, Sloan, Soliman e Tuna (2005), Dechow, Ge e Schrand (2010), Sohn (2016), Ribeiro, Sousa, Vicente e Carmo (2019), Li (2019)].

Entretanto, gerenciar os resultados por meio dos *accruals* discricionários e pelas operações não compreendem as únicas formas de manipular os resultados. Outra estratégia que pode ser aderida pelos gestores concerne a suavizar os resultados, haja vista que pode ser uma opção para atingir os seus objetivos particulares. Do mesmo modo que o gerenciamento de resultados, a suavização é uma estratégia de manipulação dos resultados, a qual pode ser nociva aos usuários externos, haja vista que pode implicar na qualidade das informações que estão presentes nos relatórios financeiros. Isso porque, estas informações compreendem a uma forma de comunicação das organizações com os usuários externos (Healy & Wahlen, 2009) e elucidam informações a respeito da saúde financeira da organização (Ge, 2009).

Vale ressaltar que estas informações são relevantes e podem fundamentar o processo decisório dos usuários externos, pois, de acordo com Rodrigues, Melo e Paulo (2019), as informações apresentadas nos relatórios financeiros devem refletir os padrões contábeis, além de permitir que os preparadores julguem os eventos econômicos de acordo com a realidade econômica da companhia. Contudo, os gestores podem pressionar os preparadores para realizarem escolhas que não condizem com a realidade econômica da empresa com o propósito de atingir seus objetivos particulares. Um desses objetivos concerne em enganar o mercado (Scott, 2009), porque, ao suavizarem os resultados os gestores podem tentar se manter no cargo ou, até mesmo, provocar impacto em suas remunerações.

Mesmo assim, esta discussão não é recente, em que os primeiros estudos que trataram do tema são decorrentes da década de 1960. Um destes estudos compreende ao de Gordon (1966), o qual expõe que a suavização de resultados implica na distorção dos resultados, que são apresentados aos usuários externos. De forma complementar, Dopuch e Drake (1966) mencionam, que a suavização de resultados é realizada por meio de métodos contábeis, que são sensíveis ao serem manipulados, diante das diferentes escolhas contábeis que estão subjugo dos preparadores. Em avanço a discussão sobre a suavização de resultados, Eckel (1981) relata que a suavização de resultados tem duas origens e, dessa forma, é subdivida em dois grupos, isto é, a suavização natural e a suavização intencional. O autor comenta, que a suavização natural decorre do propósito de geração de lucro da empresa e não pode ser controlada pelos gestores. Por outro lado, a suavização intencional é realizada de forma proposital pelos gestores para atingir os seus objetivos obscuros, traçados de modo premeditado (Eckel, 1981).

A suavização de resultados compreende em um componente de transitoriedade e, assim como, o gerenciamento de resultados implica no prejuízo em aspectos da qualidade dos relatórios financeiros, em especial, em aspectos ligados ao desempenho econômico-financeiro,

como a persistência dos lucros (Schipper & Vincent, 2003). Em concordância com este entendimento, Dechow *et al.* (2010) também discorrem, que a suavização de resultados impacta na persistência dos lucros, e ressaltam que este aspecto é utilizado pelos usuários externos para analisar a empresa e fundamentar suas decisões. A diminuição da persistência do lucro líquido é ruim para os usuários externos, pois este aspecto de qualidade da informação contábil auxilia na previsão do resultado líquido em períodos futuros (Dichev e Tang, 2009).

A partir desse entendimento, investigações foram realizadas com a finalidade de verificar o impacto da suavização dos resultados na persistência dos relatórios financeiros. Uma dessas investigações, compreende a de Kolozsvari e Macedo (2016), a qual encontraram, que a suavização de resultados impacta na diminuição da persistência dos lucros. Evidência que conversa com o exposto no trabalho de Schipper e Vincent (2003), haja vista que a suavização de resultados é prejudicial a persistência dos lucros. Em contrapartida, outros estudos demonstraram que os gestores podem suavizar os resultados com o intuito de deixar os lucros mais persistentes, de forma que atinjam seus objetivos e enganam o mercado [ver Tucker e Zarowin (2006), Wang (2014) e Kajimoto, Nakao e Moraes (2019)].

Diante dessas evidências, percebe-se que há divergência quanto às implicações da suavização de resultados na persistência dos lucros, o que de acordo com Kajimoto e Nakao (2018), compreende a um ponto que deve ser levado em consideração e suscitar novas pesquisas. Outro ponto que é mencionado pelos autores consiste no desenvolvimento de novas investigações compreende, pois, há poucas evidências a respeito do tema. Devido a poucas investigações sobre as implicações da suavização na persistência dos lucros, às evidências apresentadas pelos trabalhos até então podem não elucidar todas as implicações que a suavização aos usuários externos da informação contábil. Entretanto, nenhum dos trabalhos a respeito do tema analisaram as consequências da suavização intencional na persistência dos lucros, haja vista que não separaram a suavização natural e intencional. Assim, analisaram apenas as consequências da suavização total na persistência dos lucros, o que incentiva esta pesquisa. A partir dessa limitação e das discussões acima, a presente pesquisa objetiva *analisar o efeito da suavização intencional na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto*.

Este estudo se justifica, a partir do ponto de que a suavização dos resultados pode ser prejudicial para os aspectos que compõe a qualidade dos relatórios financeiros, pois de acordo com Dechow *et al.* (2010), esta influência pode impactar no processo decisório dos usuários. De forma complementar, este artigo avança na literatura ao analisar as implicações da suavização intencional, diferentemente dos estudos, que abarcam somente no que se refere ao uso da suavização total. Justifica-se ainda, ao usar a persistência dos lucros, haja vista que compreende a um destes aspectos de qualidade dos relatórios e ser analisada pelos usuários, além de ser um aspecto que está ligado ao desempenho econômico-financeiro, assim como, ser utilizada para prever o desempenho em períodos futuros [ver Schipper e Vincent (2003) e Dichev e Tang (2009)].

A partir dos resultados dessa pesquisa, o presente estudo apresenta duas principais contribuições. A primeira consiste ao demonstrar que, desde as empresas com os menores níveis de persistência até as com os maiores níveis dessa qualidade dos relatórios financeiros, tem diminuição na persistência dos lucros quando ocorre o aumento da suavização intencional dos resultados. Por outro lado, a segunda contribuição desta pesquisa, reconhece que as empresas com os maiores e menores níveis de persistência, alocados nos quantis 0,10 e 0,90, não são sensíveis ao uso de intencional de reservas de compensação de resultados. Entretanto, as

empresas que pertencem ao quantil 0,25; 0,50 e 0,75, têm redução na persistência dos lucros quando há o aumento do uso intencional de reservas de compensação.

Essas evidências contribuem no âmbito prático aos usuários externos, dado que estes podem ter prejuízo na tomada de decisão quando utilizam em seu processo decisório informações acerca da persistência dos lucros, quando os gestores realizam práticas de suavização. Vale salientar, ainda, que as práticas de suavização e uso intencional de reservas de compensação dos resultados, podem diminuir o potencial de previsão do resultado líquido em períodos futuros. Outra contribuição que esta investigação elucida, compreende a diminuição da persistência dos lucros a partir do ano de 2015, nos quantis 0,10 e 0,50, e a partir de 2016, no quantil 0,25. Todavia, destaca-se que as empresas com os maiores níveis de persistência, não tiveram mudança significativa na persistência dos lucros. Assim, apenas as empresas que apresentam os menores níveis de persistência (alocadas no quantil 0,10 e 0,25) e na mediana (quantil 0,50), tiveram diminuição na persistência dos lucros.

Vale elencar que esta pesquisa é constituída, além desta seção introdutória, de outras seções. A segunda seção, denominada de fundamentação teórica, a qual discorre acerca do Income smoothing e da persistência dos lucros e o desenvolvimento das hipóteses. Posteriormente, trata-se da trajetória metodológica, seguida, da apresentação e análise dos resultados. Para fechar, apresenta-se as considerações finais das respectivas referências bibliográficas deste estudo.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Income Smoothing

É relevante destacar, que as informações dos relatórios financeiros são importantes, não somente para usuários internos para tomadas de decisões, mas também para usuários externos, os quais buscam ganhos em relação aos seus recursos aplicados. Consequentemente, a saúde da empresa é ponto fundamental, pois Goel (2012), discorre que a mesma é apresentada por meio de relatórios financeiros, em que a qualidade destas informações, são em grande parte avaliadas pelos investidores.

Todavia, a qualidade das informações contidas nos relatórios financeiros, são amplamente discutidas em relação a veracidade das mesmas. Com isso, Gordon (1966), ressalta que a suavização dos resultados, tende a impactar de forma negativa a qualidade dos relatórios financeiros. De certa forma, este estudo se encontra em contextos passados, entretanto, pode ser considerado em cenários atuais, uma vez que é frequente o uso dessa ferramenta pelo gestor com a finalidade de manipular o lucro líquido da empresa. Fenômeno que ocorre, sobretudo, em períodos com resultado líquido acima da média, em que podem ser compensados em períodos futuros, conforme discutido em estudo de Baik, Choi e Farber (2019).

Dessa forma, a suavização dos resultados pode ser realizada pelos gestores por meio de diferentes métodos de contabilização. Moses (1987), Suh (1990), Almeida, Neto e Bastianello (2012), pontuam que diferentes escolhas contábeis, ou diferentes métodos de suavização, podem ser utilizados pelos gestores das empresas. Os autores relatam que estes métodos são empregados conforme o mais adequado, em termos de situações da entidade, sendo que, tal método utilizado possui somente o objetivo de manipular o resultado da empresa, de forma a não reportar fidedignamente o desempenho da mesma. A vista disso, Copeland (1968) buscou analisar formas alternativas de métodos contábeis a serem utilizados para manipulação dos resultados. Destaca-se, que o autor ampliou as discussões em meio ao tema de suavização, e buscou estimular novas pesquisas que analisassem formas alternativas de métodos contábeis a

serem utilizados, que trouxessem a extensão da suavização e consequências desta estratégia de manipulação dos resultados.

Ainda, Copeland (1968) frisa que, ao se realizar a suavização, existem políticas, as quais têm por intuito proteger os investidores dos relatórios financeiros. Por sua vez, ao buscar estreitar a discussão em volta ao tema, Eckel (1981), enfatiza dois métodos utilizados para suavização dos resultados, sendo a natural e intencional. Dessa maneira, estudo de Trisanti (2013), destaca que a suavização natural envolve o processo contábil, ou seja, as operações da empresa, no caso da suavização intencional, é oriunda da manipulação dos gestores da empresa. Nesse âmbito, a suavização intencional, ainda envolve a suavização artificial e real dentro dessa conjuntura. Essas, são entendidas ainda pelo pesquisador Trisante (2013), como sendo a primeira (real), em que compreende as transações da entidade, que afetam o fluxo de caixa, já a segunda (artificial), contrariamente a primeira, está não afeta o fluxo de caixa, logo não é baseada nos fenômenos econômicos, consistindo em uma antecipação ou postergação de receitas e despesas.

A vista das discussões enfatizadas a respeito da suavização nos estudos citados, possui certa finalidade, ou até mesmo interesses por parte dos gestores. Posto isso, Dechow *et al.* (2010) coloca, que os gestores podem fazer o uso da suavização somente para atender seus interesses próprios que estejam ligadas a situação econômica da empresa. Ainda os autores mencionam que a suavização é realizada para atender não somente aos interesses dos gestores, mas para oferecer maior confiabilidade e persistências nos resultados aos investidores, com isso, aumenta a predição em relação aos fluxos de caixa futuros.

Ao se verificar os objetivos que estão atreladas às práticas de suavização Eckel (1981), desenvolveu métricas com a finalidade de mensurar o nível de suavização, que estão presentes nos relatórios financeiros. Destaca-se, a lógica que foi utilizada como base para o desenvolvimento destas métricas, em que foram aprimoradas por outras investigações com o objetivo de capturar, de forma mais adequada, a suavização dos resultados. Uma destas investigações compreende a de Leuz, Nanda e Wysocki (2003) a qual mensura a suavização dos resultados totais. Essa nova métrica desenvolvida, busca captar a suavização, com base em decisões ligadas aos ajustes envolto a contabilidade, e não dos fluxos de caixa, Leuz *et al.* (2003). Para tanto, com devido objetivo, tal métrica parte do princípio da divisão dos desvio-padrão, alcançados pelos resultados do lucro, pelo desvio-padrão obtido dos fluxos de caixa operacionais da empresa.

Na segunda métrica, também desenvolvido pelos autores, possui o mesmo princípio da divisão, entretanto, a correlação ocorre entre os *accruals* e o fluxo de caixa operacional, buscando a captação da qualidade da decisão, proporcionada pelas normas de contabilidade, podendo ser utilizada, a fim de acobertar a transparência dos relatórios financeiros. Referidas métricas desenvolvidas, pelo estudo de Leuz *et al.* (2003), foram utilizadas em novas pesquisas, para suavização dos resultados das empresas, buscando somente as consequências da suavização total, Land e Lang (2002) Lang, Raedy e Wilson (2006), Myers, Myers e Skinner (2007) e Barth *et al.* (2008), analisaram e utilizaram dessa métrica, mas não levaram em consideração a distinção da suavização natural e intencional.

Esta limitação foi solucionada ao considerar as métricas desenvolvidas por Lang, Lins e Maffett (2012), as quais separam a parcela natural da parcela intencional. Os autores investigaram as implicações da suavização intencional dos resultados e uso intencional de reservas de compensação na transparência dos relatórios financeiros. Os resultados indicaram o aumento destas estratégias de manipulação dos resultados, as quais implicam nos relatórios, fazendo com que estes, sejam menos transparentes. A partir destas métricas, pode-se

compreender as consequências da suavização intencional e uso de reservas de compensação que são realizados de forma intencional pelos gestores em aspectos da qualidade dos relatórios financeiros. Dessa modo, estas estratégias de manipulação podem implicar em aspectos relacionados aos resultados, como a persistência dos lucros.

2.2 Persistência dos lucros e desenvolvimento das hipóteses

A partir do exposto no tópico anterior, compreende-se que a suavização dos resultados confere a uma forma de manipulação de informações que constam nos relatórios financeiros, que são disponibilizados aos usuários externos. Essa manipulação tem como finalidade, enganar o mercado, de forma que, os objetivos particulares dos gestores sejam atingidos (Scott, 2009). Contudo, destaca-se que suavizar os resultados pode implicar em aspectos que conferem a qualidade dos relatórios financeiros (Dechow *et al.*, 2010), em particular, aos que estão ligados ao resultado líquido, como a persistência dos lucros (Schipper & Vincent, 2003).

Nesse âmbito, Lev (1983) em seu estudo, aponta a persistência como a não aleatoriedade no comportamento dos lucros. Na mesma linha, Schipper e Vincent (2003) explicam a persistência, como permanência e transitoriedade de mudanças nos lucros, característica de qualidade da informação contábil, a qual é útil para o processo decisório e avaliativo das empresas por parte dos investidores.

Posto isso, dado que a persistência é um aspecto da qualidade contábil, Dichev e Tang (2009) destacam a sua importância para os investidores, haja vista que estes podem compreender a volatilidade do lucro ao longo dos períodos e, dessa forma, prospectar o lucro líquido dos próximos exercícios. Além disso, os autores também apontam a relevância da persistência dos lucros para os analistas, uma vez que estes também podem projetar lucros futuros e conseqüentemente passar essas projeções para seus investidores. Portanto, entende-se que a persistência dos lucros é uma qualidade da informação contábil relevante, ao considerar que esta exerce influência nas tomadas de decisões de investidores e analistas, a partir da apresentação dos relatórios financeiros pelas empresas.

Por sua vez, quando os gestores suavizam itens que implicam no resultado líquido do período, pode fazer com que a persistência dos lucros necessária para fundamentar a tomada de decisão dos usuários externos, seja prejudicada. Diante disso, estudos anteriores, se dedicaram em analisar o impacto da suavização de resultados na persistência dos lucros. Porém, os trabalhos que contemplaram este tema, não apresentaram um consenso ligado às consequências da suavização na persistência dos lucros, onde se destacam duas vertentes. A primeira que compreende a literatura, em que a suavização dos resultados aumenta a persistência dos lucros.

Sobre esta vertente, destaca-se as evidências que são apontadas no estudo de Turcker e Zarowin (2006). Estes pesquisadores, demonstraram que a suavização e a persistência estão relacionadas, haja vista o uso de *accruals* discricionários por parte dos gestores com o intuito de diminuir possíveis flutuações, desse modo, foi encontrado que a suavização aumenta a persistência do lucro. Corroborando, pesquisa de Kajimoto *et al.* (2019), abordou este mesmo tema, o qual também encontrou resultados semelhantes. Com isso, essas duas investigações, destacam que os gestores tendem a suavizar os resultados, para que os lucros sejam mais persistentes e, desse modo, podem disfarçar os resultados, sobretudo, em períodos de mau desempenho econômico-financeiro da companhia.

Todavia, entende-se que mesmo com um aumento da suavização dos resultados para estabilizar os lucros, de modo que estes sejam mais persistentes, ainda se trata de uma forma de ludibriar o mercado. Nesse contexto, os usuários da informação contábil, em especial, os investidores e os analistas não possuirão as informações necessárias para a tomada de decisão,

o que dificulta a projeção de lucros futuros. No entanto, a outra vertente, indica a diminuição da persistência dos lucros em decorrência da suavização realizada pelos gestores, conforme demonstrado no estudo de Kolosvari e Macedo (2016). Nesta referida vertente, os autores buscaram analisar a relação entre a presença de suavização de resultados e a persistência, se delimitando em uma amostra com empresas brasileiras, os achados da pesquisa, apontam que houve a redução da persistência com a presença da suavização, diminuindo a qualidade da informação. Com isso, compreende-se que esta vertente demonstra que a suavização pode aumentar a volatilidade dos lucros, de forma que não condiz com a realidade econômica-financeira das organizações. Assim, prejudica a qualidade dos relatórios financeiros e pode complementar as investigações que destacam o prejuízo da suavização na qualidade dos relatórios financeiros [ver Schipper e Vincent (2003) e Dechow e Schrand (2004)].

Diante desse contexto, entende-se que quando os gestores realizam a suavização dos resultados, faz com que este aspecto da qualidade da informação contábil seja mais volátil, além de deturpar as informações apresentadas aos usuários externos. Dessa forma, ao considerar as discussões acima, especialmente a contida no estudo de Kolosvari e Macedo (2016), apresentam-se as seguintes hipóteses desse trabalho:

H1: Existe uma relação negativa entre a suavização intencional dos resultados e a persistência dos lucros

H2: Existe uma relação negativa entre o uso intencional de reservas de compensação dos resultados e a persistência dos lucros

3 Trajetória Metodológica

3.1 Amostra e Coleta de dados

O universo deste estudo, confere a todas as empresas brasileiras, não financeiras, de capital aberto que negociaram suas ações no Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Com base nisso, foi selecionado neste estudo, as companhias que têm disponíveis as informações necessárias para o cálculo da persistência dos lucros em todos os períodos trimestrais entre 2013 e 2018 e, dessa forma, compreendem a 190 empresas. Posteriormente, para determinação da amostra, foram excluídas as empresas que não tinham disponíveis as informações que são necessários para o cálculo da medida de suavização intencional dos resultados e do uso de reservas intencionais de compensações. Além disso, também, foram excluídas as empresas que possuem atividades ligadas a administração de outras empresas (Holdings) e organizações que utilizam, em suas operações, moeda funcional diferente do real. Assim, a amostra deste estudo foi composta por 140 empresas.

Os dados foram coletados a partir da base de dados Economatica[®] ao considerar os períodos trimestrais entre 2010 e 2018. Contudo, ressalta-se que isto foi realizado, pois para o cálculo da medida de persistência, assim como, da suavização intencional dos resultados e da criação de reservas intencionais de resultados, são necessários dados do trimestre atual mais os 11 (onze) trimestres anteriores. Desse modo, a análise foi realizada ao considerar os períodos trimestrais de 2013 a 2018. Ressalta-se ainda, que as informações de natureza econômico-financeira oriundas das demonstrações contábeis são consolidadas.

3.2 Modelos de base do estudo

3.2.1 Persistência dos lucros

No que diz respeito ao cálculo da persistência dos lucros, recorreu-se ao modelo que consta no trabalho de Dichev e Tang (2009). Esse modelo é fundamentado na lógica de que a persistência dos lucros compreende a volatilidade dos lucros e, desta forma, quanto mais volátil o lucro líquido menor é a persistência dos lucros. Para tanto, esta métrica mensura a persistência dos lucros a partir do inverso do desvio padrão do lucro líquido dos 5 exercícios anteriores de cada observação ano-empresa. Apesar disso, esta forma de mensurar a persistência dos lucros possui limitações, uma vez que ao considerar apenas o valor do lucro líquido esta medida pode ser sensível a diferença de magnitude, isto é, o efeito do tamanho das empresas.

Sobre isso, uma forma de solucionar esta limitação consiste no procedimento adotado por Sloan (1996), que confere em ponderar o lucro líquido por um item do patrimônio da empresa que tem por base, o tamanho da empresa. O autor descreve, em seu estudo, que um modo de atingir este objetivo, concebe em ponderar o lucro líquido pelo ativo total do período. A partir disso, no presente artigo, realizou a adaptação do modelo de Dichev e Tang (2009) ao ponderar o lucro líquido pelo ativo total final do período.

Outra adaptação foi necessária com a finalidade de padronizar a medida de persistência dos lucros em relação a da suavização de resultados. Desse modo, considerou-se para o cálculo da persistência dos lucros, os últimos 12 trimestres (trimestre atual somado a 11, onze, anteriores). Com a finalidade de verificar as possíveis implicações dessa mudança, testou-se a persistência ao considerar os 5 exercícios anuais e os últimos 12 trimestres, em que não houve diferenças significativas. Assim, utilizou-se para o cálculo da persistência dos lucros neste trabalho, o inverso do desvio-padrão do lucro líquido, ponderado pelo ativo total, dos últimos 12 (doze) trimestres (trimestre atual e 11, onze, trimestres anteriores) de cada companhia em cada período trimestral analisado.

3.2.2 Suavização intencional dos resultados

Esta pesquisa utiliza duas medidas de *income smoothing*, as quais constam no estudo de Lang *et al.* (2012) que são denominadas de Suavização 1 (SUAV1) e Suavização 2 (SUAV2). Para chegar ao valor correspondente a estas duas medidas, o primeiro passo consiste em mensurar as bases destas duas medidas. A base da SUAV1, compreende a uma outra medida que é denominada de Smoothing 1 (SMTH1). Já a base da SUAV2, corresponde a uma medida que chamada de Smoothing 2 (SMTH2).

Lang *et al.* (2012) mencionam que o SMTH1, tem como finalidade captar a volatilidade do resultado líquido em relação aos fluxos de caixa. Esta lógica está de acordo com o entendimento de Leuz, Nanda e Wysocki (2003) e Francis, LaFond, Olsson e Schipper (2004), haja vista que quanto mais as empresas utilizam os *accruals* com objetivo de gerenciar os resultados, faz com que o resultado líquido seja mais suavizado. Nesse contexto, o SMTH1 é calculado a partir dos desvios-padrão do resultado líquido do final do período em relação aos desvios-padrão dos Fluxos de Caixa Operacionais do final de cada período, considerando o lapso temporal dos últimos três a cinco períodos anuais (Lang *et al.*, 2012). Quanto ao SMTH1, na presente pesquisa, utilizou-se a adaptação feita por Ribeiro *et al.* (2019), ao multiplicar o SMTH1 por -1. Os autores discorrem que isto é necessário para que a medida seja mais intuitiva e, dessa forma, quanto maior o SMTH1, maior foi a suavização realizada pelos gestores.

No que concerne ao SMTH2, esta medida foi calculada a partir da correlação entre o fluxo de caixa operacional do final do período dividido pelos ativos totais do final do período,

com os accruals totais do final do período dividido pelos ativos totais do final do período. Lang *et al.* (2012) discorrem que quando o coeficiente de correlação é negativo, entende-se que os gestores possam ter feito o uso de reservas de compensação a partir dos *accruals* discricionários. Esta estratégia tem como finalidade de compensar os períodos em que houve baixo desempenho econômico-financeiro. Vale ressaltar que, assim como no SMTH1, o SMTH2 também foi multiplicado por -1, conforme a investigação de Ribeiro *et al.* (2019). Procedimento que foi necessário, pois, segundo os autores, a medida passa a ser mais compreendida.

Com isso, o SMTH1 e SMTH2 compreendem a suavização dos resultados e uso de reservas de compensação, respectivamente. Contudo, vale ressaltar que estas medidas conferem a suavização total dos resultados e uso total de reservas de compensação, sem separar o natural do intencional, como explicitado em estudo de Eckel (1981). Nesse sentido, o SMTH1 e SMTH2, foram submetidos a Equação 1, desenvolvida por Lang *et al.* (2012), haja vista que distingue a parcela natural da intencional. Dessa maneira, realizou-se duas regressões, em que a primeira contou com a variável dependente o SMTH1 para dar origem a SUAV1 e, por sua vez, o segundo modelo multivariado teve como variável dependente o SMTH2 para calcular a SUAV2, conforme o trabalho de Lang *et al.* (2012). A SUAV1 e a SUAV2, compreendem ao resíduo de cada modelo multivariado, e correspondem a suavização intencional de resultados e ao uso intencional de reservas de compensação de resultados. Isso, porque, a parcela natural está contida nas variáveis independentes do modelo (Lang *et al.*, 2012). Nesse contexto, apresenta-se a seguir a equação utilizada para mensurar a SUAV1 e SUAV2.

$$SMTH_{it} = TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + MB_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PREJUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação (1)

Em que: TAM_{it} = Logaritmo do Ativo total do final do exercício; $DÍVIDA_{it}$ = Dívida Total do final do exercício dividido pelo Ativo Total do final do exercício; MB_{it} = Market to Book do final do exercício; $DPRECEITA_{it}$ = Desvio-padrão das Receitas do exercício dos últimos três períodos anuais da empresa i no período t ; $\%PREJUÍZO_{it}$ = Proporção dos períodos que houve resultado líquido negativo dos últimos doze trimestres (3 anos); $CICLO_{it}$ = Logaritmo do Ciclo Operacional final do exercício; $CRESCREC_{it}$ = Crescimento da Receita do exercício; $IMOB_{it}$ = Imobilizado do final do exercício dividido pelo Ativo Total do final do exercício; $FLUXO_{it}$ = Fluxo de Caixa Médio dividido pelo Ativo Total do final do exercício.

Com a SUAV1 e SUAV2 mensuradas, Lang *et al.* (2012) apresenta que o próximo procedimento compreende em transformar os dados correspondentes a estas variáveis em módulo. Os autores destacaram que este procedimento é necessário, pois a suavização intencional de resultados e o uso intencional de reservas de compensação de resultados, que se refere a distância da reta da regressão e não em seus valores absolutos. Nessa perspectiva, diante da multiplicação do SMTH1 e SMTH2 por -1, quanto maior o valor da SUAV1 e SUAV2 maior será a suavização intencional de resultados e ao uso intencional de reservas de compensação de resultados realizados pelo gestor.

3.3 Variáveis, modelo empírico e análise dos resultados

A análise de dados utilizada nesta pesquisa é fundamentada na abordagem quantitativa, em que para isto, utilizou-se a regressão quantílica. Diante disso, como variável dependente,

tem-se a persistência dos lucros, baseado no modelo de Dichev e Tang (2009). Como variáveis de interesse, tem-se a suavização intencional de resultados e o uso intencional de reservas de compensação, fundamentado no modelo de Lang *et al.* (2012). A partir disso, apresenta-se as variáveis desta pesquisa, por meio da Tabela 1.

Tabela 1 – Variáveis utilizadas nesta pesquisa

Variável Dependente			
Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Persistência dos Lucros (PERS)	Métrica que compreende a Persistência dos lucros das empresas	Inverso do desvio padrão do resultado líquido ponderado pelo ativo total dos últimos 12 trimestres	Dichev e Tang (2009)
Variáveis Independentes			
Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Suavização intencional dos resultados (SUAV1)	Variável que compreende a suavização intencional dos resultados	$SMTH1_{it} = \alpha_i + TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + PBR_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PREJUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + ANO_{it} + \varepsilon_{it}$	Lang <i>et al.</i> (2012)
Uso intencional de reservas de compensação (SUAV2)	Medida que corresponde ao uso intencional de reservas de compensação de resultados	$SMTH2_{it} = TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + PBR_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PREJUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + ANO_{it} + \varepsilon_{it}$	Lang <i>et al.</i> (2012)
Grau de Alavancagem Operacional (GAO)	Medida que representa uma medida de desempenho operacional da estrutura de custos da companhia	Lucro Bruto / (Lucro Bruto - Despesas com Vendas e Despesa Administrativas)	Sohn (2016); Francis, Hanna e Vincent (1996)
Endividamento Geral (END)	Variável que mensura a participação de terceiros dos valores alocados aos ativos das empresas	(Passivo Circulante + Passivo não Circulante / Ativo Total)*100)	DeFond e Jiambalvo (1994); Marra, Mazzola e Prencipe (2011) e Almadi e Lazic (2016)
Market-to-Book (MB)	Variável que mede a expectativa de crescimento do negócio para o mercado	Valor de Mercado / PL Contábil	Lee, Li e Yue (2006); Mcvay, Nagar e Tang (2006); Ribeiro, de Sousa e Vicente (2019b) e Ribeiro <i>et al.</i> (2019a)
Tamanho (TAM)	Ativo Total de cada companhia transformado para sua base logarítmica	Logaritmo Neperiano do Ativo Total	Watts e Zimmerman (1986); Doyle, Ge e McVay. (2007); Ribeiro <i>et al.</i> (2019a)
ANO	Variável que representa os períodos anuais da análise ao considerar o período do estudo, isto é, de 2013 a 2018	Variáveis dicotômicas que representam os períodos anuais de 2013 a 2018	Carvalho e Salotti (2013), Ribeiro, do Carmo, Fávero e Carvalho (2016), Ribeiro <i>et al.</i> (2019a)
SETOR	Variável do setor de cada companhia com base na classificação NAICS nível 1	Variáveis dicotômicas que consistem nos setores de atividade econômica analisados no presente estudo: (1) Agricultura, (2) Assistência Médica; (3) Comércio	Verrecchia e Weber (2006); Bagnoli e Watts (2010); Ribeiro <i>et al.</i> (2019b)

Atacadista; (4) Comércio
Varejista; (5) Construção; (6)
Educação; (7) Empresas de
eletricidade e água; (8)
Imobiliária e Locadora; (9)
Indústria Manufatureira; (10)
Informação; (11) Serviço de
resíduo; (12) Transporte e
Armazenamento.

Além da persistência dos lucros, a suavização intencional dos resultados e do uso intencional de reservas de compensação de resultados, o modelo multivariado também foi composto por variáveis independentes de controle. As variáveis de controle conferem ao grau de alavancagem operacional, endividamento geral, *market-to-book* e tamanho. Estas variáveis foram escolhidas, pois, segundo diferentes pesquisas (descritas na Tabela 1) estão relacionadas com a qualidade dos relatórios financeiros. Ademais, utilizou-se no modelo multivariado, as variáveis de controle que compreende ao ano [variáveis *dummy* dos períodos anuais (2013-2018)] e as que conferem ao setor [variáveis *dummy* que corresponde ao setor de atividade econômica a partir da classificação da *North American Industry Classification System* (NAICS), em nível 1].

A partir dessas informações, utilizou-se o modelo multivariado expressado por meio da Equação 2, com a finalidade de averiguar a relação da suavização intencional dos resultados e do uso intencional de reservas de compensação de resultados com a persistência dos lucros. A equação que demonstra esta relação é destacada a seguir:

$$PERS_{it} = \beta_0 + \beta_1 SUAV1_{it} + \beta_2 SUAV2_{it} + \beta_3 GAO_{it} + \beta_4 END_{it} + \beta_5 MB_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 ANO_{it} + \beta_8 SETOR_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação (2)

Onde: $PERS_{it}$ = Persistência dos lucros da empresa i no período t ; $SUAV1_{it}$ = Suavização intencional dos resultados da empresa i no período t ; $SUAV2_{it}$ = Uso intencional de reservas de compensação de resultados da empresa i no período t ; GAO_{it} = Grau de alavancagem operacional da empresa i no período t ; END_{it} = Endividamento geral da empresa i no período t ; MB_{it} = Market-to-book da empresa i no período t ; TAM_{it} = Tamanho da empresa i no período t ; ANO_{it} = Período correspondente ao ano da observação i no período t , ao considerar o ano de 2013 como referência. $SETOR_{it}$ = Setor de atividade econômica da companhia da empresa i no período t .

No que se refere a análise deste modelo multivariado, recorreu-se a regressão quantílica, a qual foi calculada a partir do software estatístico STATA[®]13. Vale ressaltar, que a regressão quantílica foi realizada de forma simultânea e, por este motivo, utilizou-se 20 replicações (padrão desta análise). Neste modelo, foram mensurados 5 (cinco) quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90), uma vez que o efeito da suavização intencional dos resultados e uso intencional de reservas de compensação, sejam diferentes ao longo da distribuição da persistência dos lucros.

Quanto a regressão quantílica, justifica-se o uso desta análise econométrica, haja vista que é mais sensível a *outliers*. Dessa forma, de acordo com Koenker e Bassett (1978), esta análise é mais indicada para que as análises multivariadas não apresentem distorções e, por sua vez, mitiga a chance de levar o pesquisador a interpretações errôneas. Além disso, esta análise

considera a heterogeneidade impossibilitada de ser observada (Canay, 2011) e, além de que pode ser uma análise mais indicada para investigações que tratam sobre aspectos da qualidade da informação contábil (Duarte, Girão e Paulo, 2017). Destaca-se, ainda, que a amostra é composta por 140 empresas, em que foram preservadas todas as observações ao considerar todo o período e, desta forma, o modelo multivariado analisado por meio da regressão quantílica, foi composta por 3.360 observações.

4 Apresentação e análise dos resultados

A Tabela 2, apresenta os resultados da análise descritiva a respeito das variáveis: dependente e independentes que foram utilizadas nesta pesquisa. Nessa análise, verifica-se que há grande variabilidade dos dados, em particular, no que se refere a persistência dos lucros, suavização intencional dos resultados e do uso intencional de reservas de compensação. Essa variação é oriunda das empresas analisadas que são de diferentes setores de atividade econômica.

Tabela 2 – Estatística descritiva

Variáveis	P10	P25	P50	P75	P90	Desvio- Padrão	Mínimo	Máximo	OBS
PERSIST	21,96	50,36	88,27	215,17	238,84	105,58	2,93	877,18	3360
SUAV1	0,07	0,17	0,37	0,75	1,30	1,19	0,00	18,46	3360
SUAV2	0,04	0,13	0,25	0,41	0,56	0,19	0,00	1,04	3360
GAO	-0,82	1,24	1,80	2,79	4,90	41,60	-1309,10	1804,46	3360
END	0,32	0,46	0,58	0,74	0,93	0,35	0,09	4,21	3360
MB	0,23	0,59	1,21	2,30	4,37	4,58	-43,92	149,62	3360
TAM	13,11	13,96	15,23	16,15	17,19	1,68	9,58	20,65	3360

Nota. OBS = Observações

Em análise da persistência dos lucros, percebe-se que esta qualidade da informação contábil teve em média o valor de 117,70. Esse resultado demonstra que a média é próxima ao valor do desvio padrão (105,58) e, relativamente, distante ao resultado da mediana da persistência dos lucros. Evidenciando a grande variabilidade dos dados, em que existem dados discrepantes e, dessa forma, uma análise multivariada fundamentada na média não seria adequada. De forma similar, a SUAV1 também apresenta média de 0,6533, distante da mediana da amostra analisada que foi de 0,37, o que também mostra a significativa variabilidade da amostra. Ademais, este resultado é próximo ao resultado exposto por Lang *et al.* (2012). Por outro lado, a SUAV2 não apresentou diferença significativa entre a média (0,28) e a mediana (0,37). Ressalta-se que este fenômeno é similar e também está próximo aos resultados apresentados no trabalho de Ribeiro *et al.* (2019).

Dado essas evidências, em momento posterior foi averiguado o comportamento da persistência dos lucros, suavização intencional dos resultados e uso intencional de reservas de compensação ao longo do tempo. Essas informações são apresentadas por meio da Figura 1.

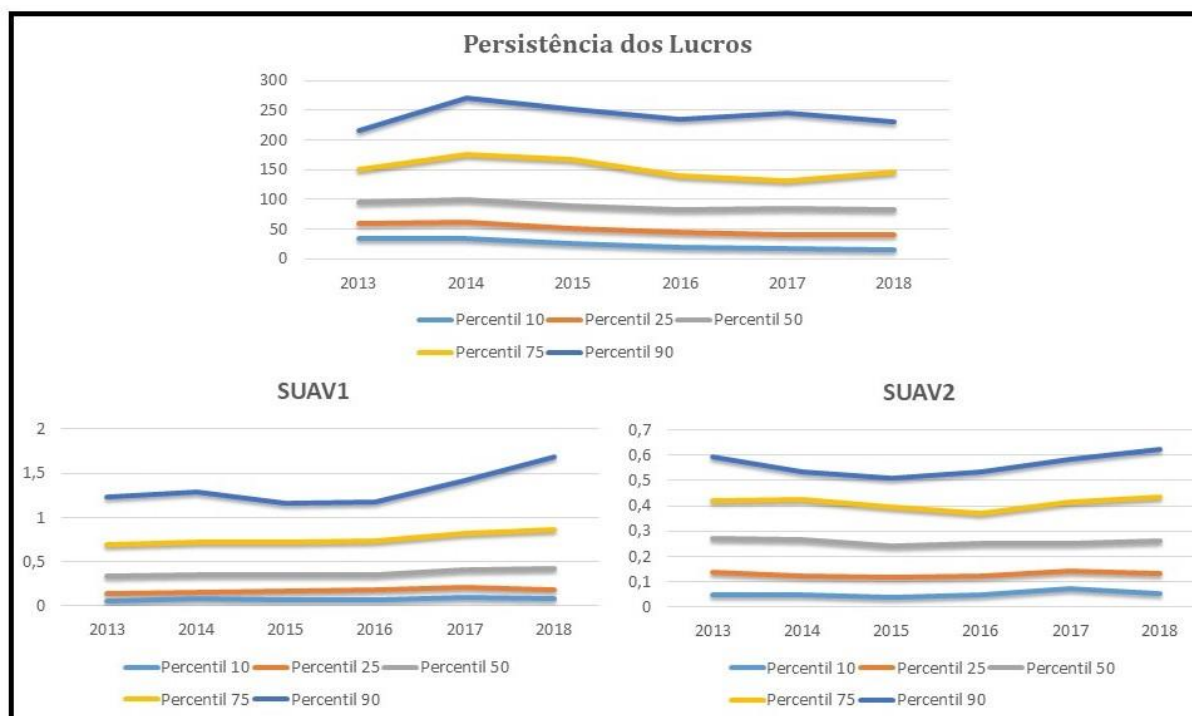


Figura 1 – Comportamento da persistência dos lucros, suavização intencional dos resultados e uso intencional de reservas de compensação ao longo do tempo

Os resultados dispostos na Figura 1 indicam que, no que se refere a persistência dos lucros, a redução dessa qualidade da informação contábil, foi mais acentuada em especial, nas empresas com os lucros menos persistentes. Isso, porque, no período analisado o P10 e P25, tiveram uma diminuição na persistência dos lucros de 54,42% e 31,16%, respectivamente, entre 2013 e 2018. Entretanto, quanto maior o nível de persistência das empresas, menos acentuada foi a queda desta qualidade da informação, haja vista que no P50, P75 e P90, tiveram diminuição de -14,63%, 3,16% e 7,05%. Vale destacar que, em todos os percentis, as maiores contrações percentuais da persistência dos lucros do período atual em comparação ao período anterior, foram nos anos de 2015 e 2016. Uma justificativa para isso confere a recessão econômica, a qual de acordo com Ribeiro *et al.* (2019b) foi um fator que pode ter influenciado na diminuição da qualidade dos relatórios financeiros.

Por outro lado, ao analisar o comportamento ao longo do tempo da SUAV1, percebe-se um aumento desta variável em todos os percentis analisados. Os resultados sugerem níveis de suavização intencional de resultados, alocados no P10 e P25, que tiveram aumento ao longo do período analisado (diminuição de 58,15% e 31,68%, respectivamente entre 2013-2018). De forma similar, o P50, P75 e P90, também apresentaram aumentos ao longo do tempo, visto que tiveram variações positivas de 23,36%, 26,18% e 36,81%, respectivamente. Com essas evidências, verifica-se que houve aumento na suavização intencional de resultados, em particular, para as companhias que menos suavizam os lucros. Vale ressaltar que a SUAV1 registrou aumento, em especial, nos anos de 2016 e 2017, em que é condizente com o trabalho de Silva, Weffort, Flores e Silva (2014), haja vista que a crise econômica implica no aumento de estratégia de manipulação de resultados pelos gestores.

No que tange a SUAV2, verifica-se que apenas a o P10, apresentou variação percentual acima de 5% ao longo do período analisado. Os resultados apontam que o P10, teve aumento em 17,53% de 2013 a 2018. Contudo, o P25, P50, P75 e P90 tiveram baixas variações

percentuais, isto é, -2,79%, -3,82%, 3,42% e 4,72%, respectivamente. Dessa forma, verifica-se que, exceto o P10, não houve mudança significativa do uso intencional de reservas de compensação realizado pelos gestores. Ressalta-se então, que este resultado pode ser entendido como benéfico para os usuários externos, visto que esta estratégia de manipulação pode ser considerada como prejudicial para a qualidade dos relatórios financeiros [ver Eckel (1981)].

Após a análise descritiva, os dados foram submetidos a regressão quantílica por meio de cinco quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90). Os resultados do efeito da suavização intencional dos resultados e uso intencional de reservas de compensação, sejam diferentes ao longo da distribuição da persistência dos lucros constam na Tabela 3.

Tabela 3 – Modelo multivariado da persistência dos lucros

Variáveis	Persistência dos Lucros				
	Quantil				
	0,10	0,25	0,50	0,75	0,90
	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)
SUAV1	-7,0563 (-11,64***)	-8,9055 (-6,13***)	-6,8575 (-3,27***)	-10,1097 (-6,92***)	-16,1955 (-4,42***)
SUAV2	-3,5546 (-1,06)	-11,2657 (-2,78***)	-20,8052 (-2,49**)	-22,9740 (-1,85*)	5,9081 (0,34)
GAO	-0,0013 (-0,20)	0,0050 (0,19)	-0,0123 (-0,50)	-0,0112 (-0,19)	-0,0631 (-0,51)
END	-26,0371 (-12,27***)	-31,4404 (-10,86***)	-36,4692 (-15,35***)	-50,5603 (-8,12***)	-60,3392 (-9,09***)
MB	-0,1178 (-1,48)	-0,0990 (-0,40)	-0,2195 (-0,56)	0,1062 (0,16)	0,3693 (0,28)
TAM	8,2523 (20,19***)	8,6894 (14,23***)	11,7043 (9,55***)	16,6557 (6,45***)	21,4705 (7,63***)
2014	1,1269 (0,61)	2,2085 (0,88)	3,5788 (0,82)	15,0692 (1,37)	20,9675 (1,77*)
2015	-4,6313 (-1,89*)	-4,5788 (-1,58)	-8,4802 (-2,27**)	10,9712 (1,02)	20,0766 (1,61)
2016	-11,2483 (-3,82***)	-10,4746 (-3,28***)	-12,9201 (-3,05***)	-6,7554 (-0,71)	-11,9259 (-1,17)
2017	-16,0412 (-5,08***)	-11,0902 (-3,08***)	-10,5391 (-2,37**)	-0,7242 (-0,07)	21,6446 (1,01)
2018	-16,0495 (-7,75***)	-13,0726 (-3,44***)	-9,6521 (-2,54**)	6,0862 (0,92)	12,3341 (1,18)
Constante	-74,0683 (-11,57***)	-63,4727 (-4,73***)	-61,2586 (-3,59***)	-98,9481 (-2,37***)	-133,8334 (-2,58***)
Controle de Setor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle de Períodos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
R2	0,1712	0,1527	0,1209	0,1069	0,1319
OBS	3.360				

Notas. OBS = Observações; * significância ao nível de 10%; **significância ao nível de 5%; ***significância ao nível de 1%. As regressões acima foram estimadas por meio do método não paramétrico em quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90). As constantes destes modelos econométricos absorveram as seguintes variáveis: SETOR = Agricultura, Pecuária, silvicultura, pesca e caça, e; ANO = 2013. $PERS_{it} = \beta_0 + \beta_1 SUAV1_{it} + \beta_2 SUAV2_{it} + \beta_3 GAO_{it} + \beta_4 END_{it} + \beta_5 Mb_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 ANO_{it} + \beta_8 SETOR_{it} + \varepsilon_{it}$

As evidências da Tabela 3 sugerem que a suavização intencional dos resultados está negativamente relacionada com a persistência dos lucros em todos os quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90). Logo, desde as empresas com os lucros menos persistentes até as companhias com os lucros mais persistentes são sensíveis a diminuição da persistência dos lucros quando os gestores realizam a suavização de resultados de forma intencional. Sendo assim, constata-se que este achado está de acordo com a H1 desta pesquisa, além de ser semelhante e poder complementar as evidências apresentadas na investigação de Kolozsvari e Macedo (2016). Além disso, a partir dessa evidência, ressalta-se que quando o gestor suaviza intencionalmente os resultados pode fazer, com que os usuários externos tenham dificuldade em realizar previsões dos lucros nos períodos futuros, haja vista que Dichev e Tang (2009) mencionam que lucros mais persistentes, facilitam a previsibilidade do resultado líquido em períodos futuros.

Por conseguinte, na relação do uso intencional de reservas de compensação, observa-se que está relacionada, apenas nos quantis (0,25; 0,50 e 0,75). Evidência que elucida, que quando os gestores realizam a estratégia de utilizar as reservas de compensação, de modo intencional, faz com que os lucros se tornem menos persistentes, exceto para as empresas que apresentam altíssima (0,90) e baixíssima (0,10) persistência nos lucros. Por isso, pode-se comprovar que a H2 deste estudo é válida, salvo para as observações alocadas no quantil 0,10 e 0,90, além de estar de acordo com as evidências de Almeida *et al.* (2012). Vale ressaltar, que uma justificativa para a não influência do uso intencional de reservas de compensação no quantil 0,90 pode estar ligada às políticas de governança mais rígidas, que são adotadas pelas empresas que possuem os maiores níveis de persistência [ver Gaganis, Hasan e Pasiouras (2016) e Ribeiro *et al.* (2019a)]. Por outro lado, o uso de reservas de compensação realizados de forma intencional pelos gestores pode não ser realizado com tanta frequência a ponto de ter consequências nas empresas com baixíssimo nível de persistência dos lucros. Vale destacar que estas empresas, alocadas no quantil 0,10, pode ter efeito de outros fatores internos e externos, que implicam em sua baixa persistência nos lucros.

Quanto às variáveis de controle, observa-se que o grau de alavancagem operacional e o *market-to-book* não estão relacionados com a persistência dos lucros, em nenhum dos quantis analisados. Esse achado está em desacordo com pesquisas de Sohn (2016), Francis *et al.* (1996), Lee, Li e Yue (2006), Ribeiro *et al.* (2019b), Mcvay, Nagar e Tang (2006); e Ribeiro *et al.* (2019a), os quais encontraram implicações destas variáveis de controle, com a qualidade dos relatórios financeiros. De outra forma, percebe-se que, em todos os quantis, o endividamento está relacionado com a diminuição da persistência dos lucros. Dessa forma, entende-se que quando as empresas aumentam o seu nível geral de endividamento, diminuem a persistência dos lucros, uma vez que reduzem o lucro líquido e podem incentivar os gestores a utilizarem a estratégia de suavizar os resultados. Vale frisar, que este resultado está em conformidade com o explicitado nos estudos de DeFond e Jiambalvo (1994); Marra, Mazzola e Prencipe (2011); Almadi e Lazic (2016).

Ademais, em todos os quantis, as empresas com maior porte estão relacionadas com maior persistência dos lucros. Resultado que vai ao encontro de pesquisas, como as de Watts e Zimmerman (1986); Doyle, Ge e McVay. (2007); Ribeiro *et al.* (2019b). Uma justificativa para isso, compreende a possível governança corporativa mais rígidas nas empresas maiores, além, da preocupação com a sua reputação em relação aos usuários externos, já que as empresas com maior porte, geralmente, têm maior exposição para estes usuários do que as empresas com menor porte. Outra evidência compreende a diminuição da persistência dos relatórios financeiros a partir do ano de 2015 (quantil 0,10 e quantil 0,50) e 2016 (quantil 0,25). Vale elencar que esta diminuição na persistência dos lucros pode estar ligada a eventos externos,

como a desaceleração da economia brasileira. Isso, porque, Paulo e Mota (2019) e Ribeiro *et al.* (2019b) encontraram, que houve diminuição na qualidade dos relatórios financeiros durante os períodos de desaceleração econômica brasileira.

5 Considerações Finais

As informações contidas nos relatórios financeiros são disponibilizadas pelas empresas como uma forma de se comunicarem com os usuários externos. Os usuários externos utilizam estas informações com a finalidade de fundamentar o processo decisório, ao analisarem, por exemplo, o desempenho econômico-financeiro da companhia. Contudo, estas informações possuem julgamentos, de acordo com os padrões contábeis, que não refletem os eventos econômicos de forma adequada diante de objetivos obscuros dos gestores. Esses objetivos podem ser atingidos quando os gestores utilizam estratégias de manipulação dos resultados que, por sua vez, podem implicar no prejuízo da qualidade dos relatórios financeiros. Uma das estratégias de manipulação dos resultados confere em suavizar intencionalmente os resultados e usar intencionalmente reservas de compensação de resultados. Estratégias com o propósito de manipular os resultados do período e, conseqüentemente, ter implicações na persistência dos lucros (um aspecto da qualidade da informação contábil). Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa se pautou em analisar o efeito da suavização intencional dos resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto.

Os achados sugerem que a suavização intencional dos resultados realizada pelos gestores, implica na diminuição da persistência dos lucros. Evidência que complementa as pesquisas sobre o tema, em especial as pesquisas de Kolozsvari e Macedo (2016), Kajimoto *et al.* (2019), Tucker e Zarowin (2006), Wang (2014), uma vez que estas investigações embasam apenas nas implicações da suavização total dos resultados na persistência dos lucros. Além disso, os achados deste estudo, contribuem com a literatura ao demonstrar que a suavização intencional dos resultados diminui a persistência dos lucros, desde as empresas com lucros menos persistentes até as empresas com os lucros mais persistentes. No âmbito prático, estes achados contribuem com os usuários externos, em especial, aos investidores e os analistas de investimentos, haja vista que a redução da persistência dos lucros implica na diminuição da previsibilidade do resultado líquido nos períodos futuros [ver Dichev e Tang (2009)]. Além disso, a diminuição da persistência dos lucros pode implicar em outros aspectos da qualidade da informação contábil, que é necessária para o processo decisório dos usuários externos, como a comparabilidade e consistência dos relatórios financeiros.

Ainda, as evidências indicam que quando os gestores fazem o uso intencional de reservas de compensação, implicam na diminuição da persistência dos lucros, exceto para as companhias com altíssimos e baixíssimos níveis de persistência dos lucros. Desse modo, este estudo contribui com a pesquisa de Almeida *et al.* (2012), especialmente, pois os autores se dedicaram apenas em investigar o uso total de reservas de compensação. Enfatiza, ainda, que as empresas brasileiras de capital aberto de altíssimo nível de lucros persistentes, não têm implicações do uso intencional de reservas de compensação. Fenômeno que pode ser em decorrência do alto nível de governança das companhias com altíssimo nível de persistência dos lucros, como apontado pelos estudos de Gaganis *et al.* (2016) e Ribeiro *et al.* (2019a). Ainda, como contribuição prática, alerta-se os usuários externos de que o uso intencional das reservas de compensação, compreende a um fator prejudicial na qualidade da informação contábil e, desta forma, pode prejudicar o seu processo decisório.

A presente pesquisa não foi isenta de limitações, visto que as companhias analisadas conferem uma amostra não probabilística, o que impede a generalização das evidências

apresentadas. Isso, pois, as empresas analisadas são de capital aberto em um país de economia emergente e com características institucionais que podem diferir de outros países, situados em diferentes cenários econômicos. Com isso, abre-se espaço para novas investigações que podem complementar o presente estudo, como as implicações da persistência dos lucros em fatores que são necessários no processo decisório dos usuários externos, como a previsibilidade dos lucros e as características qualitativas dos relatórios financeiros.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- Almadi, M., & Lazic, P. (2016). CEO incentive compensation and earnings management: The implications of institutions and governance systems. *Management Decision*, 54(10), 2447-2461.
- Almeida, J. E. F., Neto, A. S., Bastianello, R. F., & Moneque, E. Z. (2012). Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(58), 65-75.
- Bagnoli, M., & Watts, S. G. (2010). Oligopoly, disclosure, and earnings management. *The Accounting Review*, 85(4), 1191-1214.
- Baik, B., Choi, S., & Farber, D. B. (2019). Managerial ability and income smoothing. *The Accounting Review*.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498.
- Canay, I. A. (2011). A simple approach to quantile regression for panel data. *The Econometrics Journal*, 14(3), 368-386.
- Carvalho, L. N., & Salotti, B. M. (2013). Adoption of IFRS in Brazil and the consequences to accounting education. *Issues in Accounting Education*, 28 (2), 235-242.
- Cohen, D. A., & Zarowin, P. (2010). Accrual-based and real earnings management activities around seasoned equity offerings. *Journal of accounting and Economics*, 50(1), 2-19.
- Copeland, R. M. (1968). Income smoothing. *Journal of Accounting Research*, 101-116.
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of *accruals* and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, 77(s-1), 35-59.
- Dechow, P. M., & Schrand, C. M. (2004). *Earnings quality*. Charlottesville, VA: Research Foundation of CFA Institute.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 193-225.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401.
- DeFond, M. L., & Jiambalvo, J. (1994). Debt covenant violation and manipulation of *accruals*. *Journal of accounting and economics*, 17(1-2), 145-176.
- Dichev, I. D., & Tang, V. W. (2009). Earnings volatility and earnings predictability. *Journal of accounting and Economics*, 47(1-2), 160-181.
- Dopuch, N., & Drake, D. F. (1966). The effect of alternative accounting rules for nonsubsidiary investments. *Journal of Accounting Research*, 192-219.

- Doyle, J., Ge, W., & McVay, S. (2007). Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. *Journal of accounting and Economics*, 44(1-2), 193-223.
- Duarte, F. C. L., Girão, L. F. D. A. P., & Paulo, E. (2017). Avaliando Modelos Lineares de Value Relevance: Eles Captam o que Deveriam Captar?. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(spe), 110-134.
- Eckel, N. (1981). The income smoothing hypothesis revisited. *Abacus*, 17(1), 28-40.
- Francis, J., Hanna, J. D., & Vincent, L. (1996). Causes and effects of discretionary asset write-offs. *Journal of Accounting Research*, 34, 117-134.
- Francis, J., LaFond, R., Olsson, P. M., & Schipper, K. (2004). Costs of equity and earnings attributes. *The accounting review*, 79(4), 967-1010.
- Gaganis, C., Hasan, I., & Pasiouras, F. (2016). Regulations, institutions and income smoothing by managing technical reserves: International evidence from the insurance industry. *Omega*, 59, 113-129.
- Ge, W. (2009). *Essays on real earnings management* (Doctoral dissertation, McGill University).
- Goel, S. (2012). Financial Reporting—the Old Age Tussle between Legality and Quality in Context of Earnings Management. *Procedia Economics and Finance*, 3, 576-581.
- Gordon, M. J. (1966). Discussion of The effect of alternative accounting rules for nonsubsidiary investments. *Journal of Accounting Research*, 220-223.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228.
- Kajimoto, C. G. K., & da Costa Moraes, M. B. (2019). A suavização do lucro líquido e a persistência das contas de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e154-173.
- Kajimoto, C. G. K., & Nakao, S. H. (2018). Persistência do lucro tributável com a adoção das IFRS no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(1), 130-149.
- Koenker, R., & Bassett Jr, G. (1978). Regression quantiles. *Econometrica: journal of the Econometric Society*, 33-50.
- Kolozsvári, A. C., & da Silva Macedo, M. A. (2016). Análise da Influência da Presença da Suavização de Resultados sobre a Persistência dos Lucros no Mercado Brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 27(72), 306-319.
- Land, J., & Lang, M. H. (2002). Empirical evidence on the evolution of international earnings. *The accounting review*, 77(s-1), 115-133.
- Lang, M., Lins, K. V., & Maffett, M. (2012). Transparency, liquidity, and valuation: International evidence on when transparency matters most. *Journal of Accounting Research*, 50(3), 729-774.
- Lang, M., Raedy, J. S., & Wilson, W. (2006). Earnings management and cross listing: Are reconciled earnings comparable to US earnings?. *Journal of accounting and economics*, 42(1-2), 255-283.
- Lee, C. W. J., Li, L. Y., & Yue, H. (2006). Performance, growth and earnings management. *Review of Accounting Studies*, 11(2-3), 305-334.
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of financial economics*, 69(3), 505-527.
- Lev, B. (1983). Some economic determinants of time-series properties of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 31-48.

- Li, V. (2019). The effect of real earnings management on the persistence and informativeness of earnings. *The British Accounting Review*.
- Marra, A., Mazzola, P., & Prencipe, A. (2011). Board monitoring and earnings management pre-and post-IFRS. *The International Journal of Accounting*, 46(2), 205-230.
- McVay, S., Nagar, V., & Tang, V. W. (2006). Trading incentives to meet the analyst forecast. *Review of Accounting Studies*, 11(4), 575-598.
- Moses, O. D. (1987). Income smoothing and incentives: Empirical tests using accounting changes. *Accounting Review*, 358-377.
- Myers, J. N., Myers, L. A., & Skinner, D. J. (2007). Earnings momentum and earnings management. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 22(2), 249-284.
- Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 216-233.
- Ribeiro, A. M., de Sousa, A. M., & Vicente, E. F. R. (2019b) Impacto da Troca de Auditor na Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise em Companhias Brasileiras de Capital Aberto. Anais do XIX USP International Conference in Accounting, São Paulo, Brasil, 1-20.
- Ribeiro, A. M., de Sousa, A. M., Vicente, E. F. R., & do Carmo, C. H. S. (2019a) Income smoothing e comparabilidade dos relatórios financeiros: evidências em empresas brasileiras de capital aberto. Anais do XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Porto, Portugal, 1-26.
- Ribeiro, A. M., do Carmo, C. H. S., Fávero, L. P. L., & Carvalho, L. N. (2016). Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros: uma análise do processo de transição regulatória da contabilidade brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 27(70), 12-28.
- Richardson, S. A., Sloan, R. G., Soliman, M. T., & Tuna, I. (2005). Accrual reliability, earnings persistence and stock prices. *Journal of accounting and economics*, 39(3), 437-485.
- Rodrigues, R. M. R. C., Melo, C. L. L. D., & Paulo, E. (2019). Gerenciamento de Resultados e Nível dos *Accruals* Discricionários Trimestrais no Mercado Acionário Brasileiro. *BBR. Brazilian Business Review*, 16(3), 297-314.
- Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of accounting and economics*, 42(3), 335-370.
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting horizons*, 17, 97-110.
- Scott, W. R. (2009). *Financial accounting theory*. Norwalk USA.
- Silva, A. F. D., Weffort, E. F. J., Flores, E. D. S., & Silva, G. P. D. (2014). Earnings management and economic crises in the Brazilian capital market. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 268-283.
- Sloan, R. G. (1996). Do stock prices fully reflect information in *accruals* and cash flows about future earnings?. *Accounting review*, 289-315.
- Sohn, B. C. (2016). The effect of accounting comparability on the accrual-based and real earnings management. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 513-539.
- Suh, Y. S. (1990). Communication and income smoothing through accounting method choice. *Management Science*, 36(6), 704-723.
- Trisanti, T. (2013). The Effect of Non-recurring Item Transactions on the Possibility of Firms to Smooth Income: the Case of Indonesian Listed Firms. *Indonesian Journal of Accounting and Auditing*, 17(2), 123-134.

- Tucker, J. W., & Zarowin, P. A. (2006). Does income smoothing improve earnings informativeness?. *The accounting review*, 81(1), 251-270.
- Verrecchia, R. E., & Weber, J. (2006). Redacted disclosure. *Journal of Accounting Research*, 44(4), 791-814.
- Wang, Z. (2014). Measuring investors' assessment of earnings persistence: do investors see through smoothed earnings?. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 42(4), 691-708.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1986). Positive accounting theory.